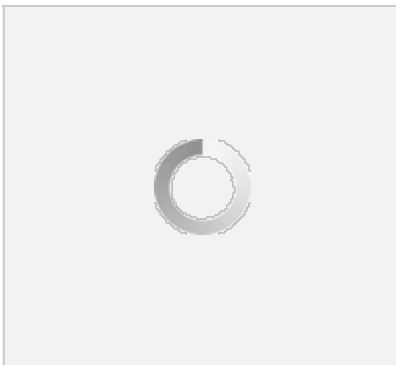
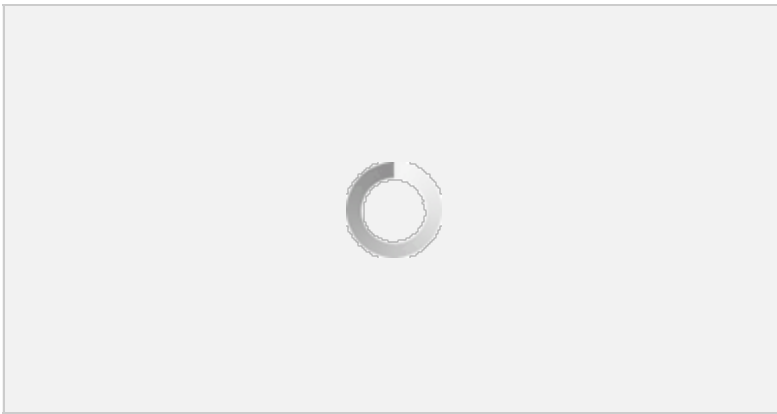


PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**

**FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA DO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO -
FUNPREVI**

**POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS
ANO 2014**

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: OBJETIVOS E VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CAPÍTULO 2: COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

2.1 – Conselho de Administração

2.2 – Comitê de Investimento

2.3 – Diretoria de Investimentos

CAPÍTULO 3: META ATUARIAL

CAPÍTULO 4: ALOCAÇÃO DE RECURSOS

4.1 – Histórico da Carteira

4.2 – Composição e Limites de Alocações

4.3 – Diversificação

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**



CAPÍTULO 5: CONTROLE DE RISCOS

5.1 – Risco de Mercado

5.2 – Risco de Liquidez

5.3 – Risco de Crédito

CAPÍTULO 6: ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO

6.1 – Ativos Mobiliários

6.2 – Ativos Imobiliários

CAPÍTULO 7: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE GESTORES

**CAPÍTULO 8: DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2013 E CENÁRIO
ECONÔMICO PARA 2014**

8.1 – Um Breve Resumo da Economia Internacional e Brasileira

8.2 – Projeção do PIB para 2014 (doze meses à frente) estimada pelo Banco
Central


8.3 - Expectativas de mercado e inflação para 2013/2014

8.4 - Análise Conclusiva

INTRODUÇÃO

1. O Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVI-RIO, por meio de sua Diretoria de Investimentos, apresenta a Política Anual de Investimentos do Fundo Especial de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




Previdência do Município do Rio de Janeiro - FUNPREVI para o ano de 2014. Tal Política atende à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN – nº 3.922 de 25/11/2010, que, na Subseção II – Da Política de Investimentos, fixa parâmetros para a alocação de recursos a serem seguidos pelos RPPS. As Portarias do Ministério da Previdência Social MPS nº 204, de 10/07/2008, e nº 402, de 10/12/2008 preveem o encaminhamento à Secretaria de Previdência Social – SPS – do Demonstrativo da Política de Investimentos e a Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011, obriga os dirigentes responsáveis pela gestão dos recursos dos RPPS a disponibilizar aos seus segurados e pensionistas as informações contidas na Política Anual de Investimentos.

2. A Política de Investimentos aqui apresentada irá fundamentar e nortear todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do FUNPREVI e será utilizada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre seus ativos e passivos.

3. De acordo com a Resolução do CMN nº 3.922/10, a Política Anual de Investimentos deverá contemplar, no mínimo:

o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade de acordo com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na Resolução e,

os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

4. Tendo em vista que a Política Anual de Investimentos dos recursos dos RPPS e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação, a versão final da Política Anual de Investimentos do FUNPREVI para o ano de 2014 foi devidamente aprovada na 92ª Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 2013. A Política de Investimentos proposta observa ainda as Diretrizes Gerais de Gestão, Investimento e Alocação de Recursos do FUNPREVI.

CAPÍTULO 1: OBJETIVOS E VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

5. A Política de Investimentos do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro tem por objetivo estabelecer um plano de gestão, buscando constituir reservas para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos do Município do Rio de Janeiro, levando em

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



consideração fatores como risco, segurança, solvência, liquidez e transparência.

6. Para atingir seus objetivos, a Política de Investimentos do Fundo foi elaborada de modo a permitir que os gestores adotem uma estratégia de alocação de recursos entre os diversos segmentos de aplicação e respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

7. No intuito de perseguir a meta atuarial para a carteira do Regime Próprio, a estratégia de investimento prevê sua diversificação visando à preservação do capital, aos níveis de risco adequados ao perfil do Regime Próprio, aos limites legais e operacionais e à liquidez adequada dos ativos, tendo em vista o fluxo atuarial.

8. A presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2014 quando deverá ser proposta uma nova Política de Investimentos para o próximo ano, e assim sucessivamente. Justificadamente, a Política Anual de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação às normas emanadas dos órgãos reguladores competentes, bem como às necessidades ocorridas pelas alterações de mercado.

CAPÍTULO 2: COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



INVESTIMENTOS

2.1 – Conselho de Administração

9. O Conselho de Administração do PREVI-RIO - CAD, criado pela Lei nº 3.344/01, tem por finalidade gerir o Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro nas instâncias consultivas e deliberativas. As competências do Conselho são:

Elaborar e alterar as normas pertinentes ao seu funcionamento;

Aprovar proposta de instituição ou alteração nos programas de benefícios previdenciários e assistenciais;

Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos do FUNPREVI e do PREVI-RIO, de forma a definir sua política de investimentos;

Fixar, anualmente, as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação de recursos do PREVI-RIO e do FUNPREVI;

Exercer a supervisão das operações do FUNPREVI e do PREVI-RIO;

Aprovar propostas orçamentárias;

Orientar, acompanhar e aprovar a execução dos orçamentos e dos planos, programas e projetos por ele aprovados;

Determinar a realização de auditoria atuarial externa;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

Propor a venda de bens imóveis e autorizar aquelas que dispensem autorização legislativa, na forma do art. 29 da Lei 3344/01;

Propor ao Prefeito alterações na estrutura organizacional do PREVI-RIO;

Aprovar proposta de alterações de vencimentos, salários e proventos do pessoal ativo e inativo do PREVI-RIO;

Autorizar o repasse de recursos do PREVI-RIO para o FUNPREVI;

Aprovar propostas de instituição ou de alteração nos programas de benefícios, assistência financeira e serviços a segurados;

Manifestar-se sobre as questões que lhe forem submetidas, nos termos regimentais.

2.2 – Comitê de Investimento


10. O Comitê de Investimento – COMIN é um órgão autônomo de caráter deliberativo e tem por finalidade analisar e aprovar políticas e estratégias de alocação de portfólio do FUNPREVI e PREVI-RIO, observando as diretrizes e alçadas emanadas pelo Conselho de Administração do PREVI-RIO. Compete ao Comitê de Investimentos:

Analisar conjuntura, cenários e perspectivas de mercado;

Traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;

Avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



dos ativos das carteiras do PREVI-RIO e do FUNPREVI;
Avaliar riscos potenciais;
Propor alterações em seu Regimento Interno.

2.3 – Diretoria de Investimentos

11. Segundo o Decreto nº 32.574 de 27 de julho de 2010, a Diretoria de Investimentos possui como competências:

Assessorar o Titular da Pasta na direção, coordenação e gestão estratégica do Órgão;
Participar da formulação das políticas e diretrizes do Instituto, em articulação com os demais órgãos;
Planejar, organizar, dirigir e controlar as operações de investimento, financiamento e fluxo de caixa, em consonância com as posições projetadas do passivo;
Implementar as políticas de aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas do Instituto;
Supervisionar os investimentos e aplicações financeiras, já aprovadas pelo Comitê de Investimento - COMIN;
Aprovar:

- o planejamento de atividades relativas ao patrimônio do Instituto;
- os estudos de viabilidade econômica acerca de projetos de construção, alienação e

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

venda dos imóveis do Instituto ou que venham a ser adquiridos;

- os relatórios gerenciais de cunho econômico e financeiro;
- as informações, geradas na Diretoria, as quais serão enviadas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Investimentos - COMIN e à Auditoria Interna;

Avaliar:

- as propostas de investimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas do PREVI-RIO;
- os relatórios de mapeamento e identificação de riscos;
- as medidas propostas e os planos de ação a serem adotados para prevenção ou minimização de riscos;

Monitorar a implantação das orientações encaminhadas pelo Conselho de Administração, Comitê de Investimentos e pela Auditoria Interna;

Elaborar as propostas preliminares da política de investimentos, do plano de aplicação e diretrizes a serem encaminhadas ao Comitê de Investimentos - COMIN;

Propor modificações acerca de contratos imobiliários, de modo a garantir o valor patrimonial dos recursos imobilizados do PREVI-RIO;

Coordenar as análises de risco dos ativos;

Controlar a posição patrimonial das reservas técnicas do Instituto, objetivando fornecer subsídios para apuração de balanço técnico.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**



CAPÍTULO 3: META ATUARIAL

12. De acordo com as Diretrizes Gerais de Gestão, Investimento e Alocação de Recursos do FUNPREVI, as aplicações de recursos deverão perseguir a rentabilidade real mínima de 6% ao ano com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E/IBGE).

13. A utilização do IPCA-E deve-se à Lei Municipal nº 3.252, de 19/07/2001, que dispõe sobre a Revisão Anual da Remuneração dos Servidores Municipais. Segundo tal legislação, o reajuste deve ser efetuado seguindo-se, no mínimo, a variação pelo IPCA-E.

CAPÍTULO 4: ALOCAÇÃO DE RECURSOS

4.1 – Histórico da Carteira

14. A composição da carteira de títulos públicos do FUNPREVI foi feita de forma pontual no passado e com o intuito de se levar para o vencimento. Durante este período, que se estendeu de 2006 a 2010, não foi feita uma gestão ativa na carteira de títulos públicos do FUNPREVI. Tal gestão, conjugada com a trajetória de redução na taxa real de juros observada no período, implicou queda da rentabilidade

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




nominal desta carteira, cuja composição era, em sua maior parte, de LFT's, títulos pós-fixados que rendem a Taxa Selic.

15. O ano de 2011 começou com as expectativas de inflação, medidas pelo IPCA, sendo revistas para cima a cada semana segundo o Boletim Focus do Banco Central. O impacto nas rentabilidades dos fundos de investimento de RPPS, dado o perfil médio dos seus cotistas, foi bastante significativo, de maneira que nenhum dos fundos de RPPS, monitorados pela Diretoria de Investimentos, conseguiu apresentar resultado próximo à meta atuarial até o fechamento do mês de abril/2011.

16. Diante do quadro de baixo desempenho dos fundos e incertezas em relação ao comportamento dos preços e da taxa de juros, a melhor opção encontrada para maximizar a rentabilidade do FUNPREVI foi a permuta parcial, via mercado secundário, das LFT'S por NTN-B's, estas últimas de prazo curto. O período destas operações estendeu-se de final de abril até final de junho/2011. Esta estratégia possibilitou uma melhora consistente do rendimento da carteira, alcançando, em 23 de novembro de 2011, o percentual de 102,53% da meta, considerando a marcação a mercado, conforme metodologia exigida pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN Nº 3922, de 25/10/2010, e regulamentação expressa pela Portaria Nº 402, de 10/12/2008, do Ministério da Previdência Social). Ressalta-se que a aquisição das NTN-B's em 2011, com vencimentos em 2012 e 2013, aproveitou o momento favorável de mercado em que as taxas para compra em mercado secundário estavam acima da meta atuarial, garantindo no vencimento um rendimento médio de IPCA + 6,85% a.a..

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




17. Em 2012, com a continuidade do cenário brasileiro de baixa de juros reais, implementado pelo governo a partir de setembro/2011¹, e, portanto, sem alternativas de investimentos diretos em títulos públicos que garantissem o alcance da meta atuarial, foi dada em março a partida para, em conformidade com a Política de Investimentos então vigente, a constituição de uma carteira de fundos de investimentos, observando-se as condições de risco destes instrumentos financeiros. Inicialmente foram privilegiados os fundos com menores prazos médios, uma vez entender-se que os mesmos ainda poderiam auferir ganhos superiores aos da Taxa SELIC, com riscos consideravelmente inferiores aos fundos de mais longo prazo. E, de fato, aqueles fundos responderam satisfatoriamente em comparação com a mencionada taxa. Cabe ressaltar, no entanto, que o mês de maio, haja vista a deterioração do cenário externo e as incertezas políticas na Europa, foi marcado pela elevação dos índices de aversão ao risco global, afetando o comportamento das bolsas, das *commodities* e do mercado de juros. A crise da dívida europeia continuou sendo o principal vetor de impacto nos mercados, com o ingrediente político adicionando volatilidade.

18. Em agosto/2012 houve um expressivo volume de vencimentos da carteira de NTN-B's, de

¹ Cabe esclarecer que a opção por compra de NTN-B's, naquele momento, não se mostrava mais atrativa, pois ao contrário do ano de 2011, as taxas negociadas em mercado secundário, para todos os vencimentos deste papel, encontravam-se substancialmente abaixo da meta atuarial, comportamento verificado desde o 2º semestre de 2011, na medida em que a política monetária do Banco Central vem praticando reduções da taxa SELIC, implicando em juros reais inferiores a 4% a.a., em toda a estrutura a termo da taxa de juros.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



aproximadamente 68% do estoque total de títulos, correspondente a cerca de R\$ 446 milhões. Após o vencimento, estes recursos foram aplicados provisoriamente em operações compromissadas, a fim de serem reposicionados em fundos de investimentos, de forma cautelosa, sobretudo em fundos lastreados em NTN-B's de maior prazo médio, com maiores expectativas de rendimento naquele momento, em detrimento dos fundos mais curtos, cujo período expressivo de ganhos parecia haver-se esgotado. Este reposicionamento foi realizado paulatinamente, estendendo-se até novembro.

19. Em 2013, o mês de janeiro foi marcado pela elevação das taxas inflacionárias (IPCA com maior taxa desde 2003), efeito que perdurou pelos meses seguintes, conduzindo o Banco Central a iniciar, em abril, o ciclo de aperto monetário na economia brasileira, procedimento que permanece ainda no final de 2013 e projeta-se sua continuidade em 2014, com sucessivas elevações da Taxa Selic. A carteira final de NTN-B's do FUNPREVI teve seu vencimento em 15 de maio de 2013, com valor aproximado de R\$ 213.800.000,00. Este valor foi aplicado em operações compromissadas a 100% da Taxa Selic, visando à provisão das despesas vindouras. Em final de maio, o mercado de títulos públicos federais brasileiros, base da carteira de fundos de investimentos do FUNPREVI, foi surpreendido e fortemente afetado pelo anúncio do Banco Central Americano quanto à possibilidade de retirada do programa de compras mensais de ativos da ordem de 85 bilhões de dólares/mês. Apesar de a retirada não ter ocorrido até novembro, a sua possibilidade permanece desde então afetando desfavoravelmente o mercado brasileiro, que, aliada a índices desfavoráveis da economia brasileira no segundo semestre de 2013, sobretudo relacionados a inflação e crescimento econômico,

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



trouxe muita volatilidade nas taxas cambiais da moeda americana. Visando o combate a esta volatilidade, o Banco Central iniciou, em 22 de agosto, um programa de leilões diários de *swap* cambial (venda de dólares no mercado futuro). Este programa afetou favoravelmente os fundos de investimentos componentes da carteira do FUNPREVI neste período, porém foi constatada a perda progressiva de velocidade deste efeito favorável em fins de outubro, o que motivou o FUNPREVI a realizar resgate em alguns destes fundos em novembro, sobretudo os pré-fixados, mais influenciados de forma negativa com a alta de juros promovida pelo Banco Central. Estes valores foram realocados em operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais, provendo recursos para as necessidades de caixa vindouras a curto prazo.

20. Como se verá à frente, permanece o grande desafio desta Diretoria de Investimentos de tentar equalizar a relação risco/retorno à luz da Resolução CMN N° 3.922/10, da estimativa de fluxo de caixa do FUNPREVI e da sua meta atuarial.

4.2 – Composição e Limites de Alocações

21. As aplicações de recursos do FUNPREVI deverão ser realizadas com base nos parâmetros norteadores estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Em consequência, a composição definida para a alocação dos recursos entre os segmentos e carteiras adotados pelo FUNPREVI para o ano de 2014 serão os a seguir indicados:

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

Segmento Renda Fixa

- Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- Quotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos do Tesouro Nacional, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;
- Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente por títulos do Tesouro Nacional;
- Quotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituído sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;
- Quotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou referenciado em indicadores de desempenho de renda fixa, constituído sob a forma de condomínio aberto;
- Depósitos de poupança;
- Quotas de fundos de investimento classificados como de renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado",

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**

- Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto ou fechado.

Segmento Renda Variável

- Quotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;
- Quotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;
- Quotas de fundos de investimentos em ações;
- Quotas de fundos de investimento classificados como Multimercado;
- Quotas de fundo de investimento em participações;
- Quotas de fundos de investimento imobiliário.

Segmento Imóveis

- Modalidade de aplicação efetuada exclusivamente com imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social.

22. Por sua vez, os percentuais máximo e mínimo de cada modalidade de aplicação em relação aos recursos do FUNPREVI deverão observar as limitações do quadro a seguir indicado, tendo como

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

base, além da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922/10, o Plano de Aplicações do FUNPREVI e o disposto no parágrafo de número 41 do presente documento:

Segmento de Renda Fixa	%	%
	Máximo	Mínimo
Títulos de emissão do Tesouro Nacional	100	0
Quotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos do Tesouro Nacional, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;	100	0
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	15	0
Quotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;	80	0
Depósitos de poupança	20	0

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



Quotas de fundos de investimento classificados como de renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, sob a forma de condomínio aberto;	30	0
---	----	---

Quotas em fundos de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio aberto	15	0
--	----	---

Quotas em fundos de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio fechado, cumulativo com o limite anterior ou Quotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”, cumulativo com o limite anterior.	5	0
--	---	---

Segmento de Renda Variável

%	%
Máximo	Mínimo

Quotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;	30	0
--	----	---

Quotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices IBOVESPA, IBrX e IBrX-50.	20	0
--	----	---

Quotas de fundos de investimentos em ações.	15	0
---	----	---

Quotas de fundos de investimento multimercado aberto	5	0
--	---	---

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

Quotas de fundos de investimento em participações (FIP) fechados, cumulativo com fundo de índices referenciados em ações	5	0
Quotas de fundos de investimentos imobiliário (FII), com quotas negociadas em bolsa.	5	0

Segmento de Imóveis

	%	%
	Máximo	Mínimo

Exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social	100	0
--	-----	---

4.3 – Diversificação

23. O FUNPREVI não poderá ter cotas representativas de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de um único fundo de investimento, bem como tal fundo não poderá manter mais de 20% (vinte por cento) de suas disponibilidades em aplicações lastreadas em títulos ou valores mobiliários de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de quaisquer outras sociedades sob controle comum, com exceção do fundo de investimento cuja carteira esteja representada exclusivamente por títulos do Tesouro Nacional.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



CAPÍTULO 5: CONTROLE DE RISCOS


5.1 – Risco de Mercado

24. Decorre das possibilidades de perdas resultantes de possíveis mudanças nos preços/cotações nas quais uma instituição mantenha posições. De maneira geral, o risco de mercado abrange quatro grandes áreas: Ações, Câmbio, Juros e *Commodities*.

25. Nos ativos dos Regimes Próprios de Previdência Social, os riscos a serem monitorados, basicamente, são os de juros e de inflação. Para medir as incertezas dos retornos dos ativos é necessário realizar um estudo estatístico que analise o quanto o retorno pode se afastar do esperado. Com isso, são feitas estimativas de volatilidade dos retornos dos ativos para que se possa mensurar a mudança potencial no valor da carteira de instrumentos financeiros.

26. Uma medida complementar do controle do risco se dá via estudo do prazo de permanência das posições (*duration*). A *duration* é uma das maneiras de se medir a duração média de um título ou de um conjunto de títulos. Assim, de posse dessa medida podemos avaliar o impacto das alterações das taxas de juros sobre o valor presente de títulos ou do conjunto de títulos de renda fixa.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



27. A carteira de ativos do FUNPREVI tinha valor de mercado aproximado, na data de 22/11/2013, de R\$ 835 milhões. A alocação da carteira era composta de Operações Compromissadas² (cerca de 28,2% da carteira), Fundos de Investimentos (cerca de 70,5%), sendo o restante (1,3%) aplicados em Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal e ações mobiliárias negociadas na BOVESPA. Observa-se claramente uma carteira com baixa *duration*, ou seja, com um fluxo financeiro em um horizonte de tempo de curto prazo.


28. Quanto às demais aplicações atuais da carteira do FUNPREVI, os principais riscos de mercado associados são:

- i. operações compromissadas - são indexadas à Taxa Selic, tendo *duration* próxima a zero e retorno diretamente relacionado a esta taxa;
- ii. ações – expostas ao risco de flutuações dos preços de cada ação.

5.2 – Risco de Liquidez

² Observa-se que, no mês de maio/2013, ocorreu vencimento de NTN-B's, no valor aproximado de R\$ 213,8 milhões. Esse montante foi alocado em operações compromissadas, para prover recursos às necessidades do fluxo de caixa corrente, de curto e médio prazos, do FUNPREVI.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



29. Decorre da possibilidade de ocorrer incapacidade de honrar, por parte de um dos agentes, os compromissos assumidos. Ocorre usualmente por conta do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos das operações ativas com os das passivas.

30. Nos Regimes Próprios de Previdência Social, a análise do fluxo de caixa é a variável fundamental para a mitigação dos riscos de liquidez, pois permite a equalização entre as receitas financeiras e o fluxo de desembolso relativo às obrigações previdenciárias.

31. Observa-se, ainda, que o estudo do fluxo, ao permitir a mitigação dos descasamentos entre ativos e passivos, contribui para redução da exposição aos riscos de mercado, via taxas de juros, por conta da seleção mais eficiente dos ativos incorporados à carteira.

32. A atual situação patrimonial do FUNPREVI implica a necessidade de manutenção de boa parte do caixa em ativos líquidos. As operações compromissadas compõem atualmente o ativo mais líquido do FUNPREVI.

5.3 – Risco de Crédito

33. Decorre das possibilidades de perdas resultantes das operações que geram desembolso

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



temporário de recursos ou das operações que geram recursos a serem recebidos em datas futuras. Este tipo de risco refere-se ao possível não recebimento dos recursos a que se tem direito ou ao seu recebimento fora do prazo e/ou das condições pactuadas.

34. O risco de crédito engloba vários riscos, como o risco de inadimplência, risco de degradação, risco de garantia, risco soberano e risco de concentração de crédito.

35. A Resolução do CMN nº 3.922/10 em suas Seções I (da Alocação de Recursos e da Política de Investimentos) e II (dos Segmentos de Aplicação e dos Limites) procurou mitigar os riscos de concentração de crédito e do emissor, ao fixar percentuais para a compra de quotas em fundos de investimento e na compra direta de ativos de renda fixa, este último, somente em títulos públicos federais.

36. A carteira atual do FUNPREVI apresenta risco de crédito majoritariamente relacionado à capacidade de pagamento da dívida interna pelo Tesouro Nacional, dada a concentração das aplicações em títulos públicos federais.

CAPÍTULO 6: ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO

6.1 – Ativos Mobiliários

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




37. A atual carteira do FUNPREVI é composta basicamente de diversificados fundos de investimento de renda fixa – índices e operações compromissadas, ambos fundamentalmente lastreados em títulos públicos federais (conforme posição em 22/11/2013 abaixo):



38. A análise de qualquer realocação dos recursos será norteadada de forma a minimizar a relação risco/retorno e considerará tanto a busca do atendimento à meta atuarial quanto às necessidades futuras do fluxo de caixa de receitas/despesas projetado em 2014 para o FUNPREVI.

39. Quanto a este fluxo, é previsto o estabelecimento de um colchão mínimo de recursos, para reforço de caixa, a princípio com segurança temporal mínima de dois meses, visando proporcionar a necessária liquidez nos compromissos do FUNPREVI.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



40. Para uma primeira abordagem deste mecanismo estratégico, foi traçado um cenário macroeconômico, com base em dados fornecidos pela Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM – posição em 23/10), que aponta, para o ano de 2014, os seguintes indicadores econômicos:

IPCA = 6,20%;

Taxa SELIC (média) = 10,10%

Juros Reais = 3,70%

41. Admitindo o cenário base da BBDTVM como provável para o exercício de 2014, a tarefa de superar ou mesmo atingir a meta atuarial será bastante árdua, exigindo da Diretoria de Investimentos um monitoramento diário dos mercados de títulos públicos federais de vencimentos curtos³, de operações compromissadas, de cotas dos fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais e das demais modalidades de investimentos em valores mobiliários, tanto no segmento de renda fixa quanto no de renda variável, permitidas pela Resolução CMN 3922/2010, a serem aplicados somente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, conforme explicitado no capítulo 7 seguinte. Ressalta-se que essas demais modalidades de investimentos, dos segmentos de renda fixa e renda variável, contidas na mencionada Resolução, não deverão, em conjunto, ultrapassar o

³ Entende-se por vencimentos curtos papéis com resgate até o final do ano de 2016, com vistas a mitigar a volatilidade dos retornos esperados.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



percentual máximo de 10% (dez por cento) do patrimônio da carteira.


42. No que tange ao processo decisório dos fundos de investimentos em ações, cumpre observar que as variáveis de análise serão a conjuntura econômica local e internacional e os seus efeitos nos diversos setores econômicos e financeiros correlacionados. As ferramentas de análise do comportamento do mercado acionário serão aquelas efetivamente empregadas entre os operadores, tais como as análises técnica e fundamentalista.

43. As aplicações financeiras selecionadas, seja em fundos de investimento de títulos públicos federais, em cotas de fundos de ações e/ou em fundos de investimentos estruturados, serão monitoradas tanto no que tange aos seus desempenhos esperados quanto aos riscos associados, através de indicadores selecionados pela Diretoria de Investimentos, conforme consta em Notas Técnicas disponíveis no sítio eletrônico deste Instituto de Previdência.

44. Ressalta-se que no caso da seleção/aplicação em fundos de investimentos estruturados, em especial fundos de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio aberto, os critérios de seleção serão:

- o risco de crédito associado a cada produto;
- o prazo de carência proposto;
- a taxa real de retorno compatível com a meta atuarial;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



o volume de recursos a serem disponibilizados;
as condições de liquidez por conta de uma eventual necessidade de antecipação de resgate das cotas em relação ao prazo proposto.


45. No modelo de escolha para a seleção de títulos públicos federais de vencimento curto, serão consideradas duas variáveis principais:

- i. o horizonte de planejamento, ou seja, o período que se estenderá da compra do título até o seu efetivo vencimento;
- ii. a que ora se denomina de “custo real de oportunidade diária”.

46. Em toda e qualquer aplicação financeira há um custo de oportunidade associado à mesma. As Letras Financeiras do Tesouro – LFT's, por remunerarem à taxa SELIC, são os ativos públicos mais líquidos do mercado financeiro brasileiro, gozando ainda da prerrogativa de baixo risco. Devido tais características, é considerado o título brasileiro padrão de referência, largamente utilizado em análises comparativas.

47. O “custo real de oportunidade diária” será calculado para cada horizonte de planejamento de uma NTN-B, LTN ou NTN-F, de vencimento máximo em doze meses.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



48. Portanto, sendo a LFT o ativo de maior liquidez no mercado brasileiro, toda e qualquer decisão de compra de outro ativo deve levar em consideração a remuneração esperada comparativa desse ativo mais líquido. Portanto, se a estimativa do “custo real de oportunidade diária” se elevar, devemos esperar uma elevação na taxa desse outro ativo, dado que existe uma correlação positiva entre as taxas de juros dos títulos⁴. Em outras palavras, se a taxa SELIC se elevar, para uma dada taxa de inflação esperada no horizonte de planejamento em análise, as taxas de juros dos demais papéis públicos deverão se elevar também, pois seu custo de oportunidade se elevou.

49. Quando este mecanismo ocorre, abre-se o que se chama de “janela de oportunidade” para compra de títulos, que, levados até os seus vencimentos, garantem as taxas de juros praticadas na compra⁵.

50. Para que se obtenha sucesso nas operações de compra de títulos públicos federais no mercado secundário é necessário o constante monitoramento dos mercados, aliado a cenários de juros e de

⁴ Na linguagem de mercado, quando a taxa SELIC se eleva, tudo mais constante, os agentes, para comprarem outros papéis públicos, irão exigir um “prêmio de risco mais elevado”, o que implica um aumento da taxa de juros desses títulos.

⁵ A garantia a que se refere está na forma de precificação do título, denominado de “marcação pela curva”. Caso haja interesse, sugerimos a leitura da Nota Técnica nº 6, elaborada pela Diretoria de Investimentos, disponibilizada no sítio eletrônico do PREVI-RIO, onde são discutidas as duas formas de precificação de títulos públicos federais.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



inflação que deverão ser revistos a cada período.

51. No caso específico do FUNPREVI, novamente é relevante destacar-se que, dados o montante de reserva técnica disponível e as especificidades do seu fluxo de caixa, há a necessidade de se reduzir ao máximo o horizonte de planejamento, com vistas a mitigar os riscos de oscilações de preços dos papéis públicos no mercado secundário.

6.2 – Ativos Imobiliários

52. A lei Municipal nº 5.300/2011 teve como principal objetivo a capitalização do FUNPREVI; entre outras soluções, houve a transferência de imóveis de propriedade do PREVI-RIO para a carteira imobiliária do FUNPREVI. Esta carteira é composta por poucos imóveis, com grande valor de mercado; esta valorização é generalizada em toda a Cidade do Rio de Janeiro, em maior ou menor grau, e no caso dos terrenos do FUNPREVI, podemos acrescentar a ausência de área desocupadas no centro financeiro e/ou a localização destes imóveis, abaixo relacionados:

M
Ó
V

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




E

I

S

- 1 PRÉDIO CASS BLOCO I - Rua Afonso Cavalcanti, Lote 3 Quadra 6, PAL 48.150 (antiga quadra 15)
- 2 PRÉDIO CASS BLOCO II – Rua Projetada 1, Lote 1 Quadra 8, PAL 48.150 (antigo lote 1 da quadra 24 da Rua Júlio do Carmo)
- 3 TORRE NORTE – Av. Paulo de Frontin, Lote 1 Quadra 1, PAL 48.150 (antigas quadras 12 e 13)
- 4 TORRE SUL – Av. Paulo de Frontin, Lote 1 Quadra 1, PAL 48.150 (antigas quadras 12 e 13)
- 5 CENTRO DE CONVENÇÕES – Av. Paulo de Frontin, Lote 1 Quadra 1, PAL 48.150 (antigas quadras 12 e 13)
- 6 TERRENO – Rua Benedito Hipólito, Lote 2 Quadra 7, PAL 41941
- 7 TERRENO – Rua Madre Teresa de Calcutá, Lote 1 Quadra 3, PAL 48.150
- 8 TERRENO – Rua Madre Teresa de Calcutá, Lote 1 Quadra 4, PAL 48.150 (antiga quadra 14A)
- 9 TERRENO – Rua Ulysses Guimarães, Lote 1 Quadra 5, PAL 48.150 (antiga quadra 14B)
- 1 TERRENO – Rua Afonso Cavalcanti, Lote 1 Quadra 6, PAL 48.150 (antigo lote 1 da quadra 15)
- 0
- 1 TERRENO – Rua Afonso Cavalcanti, Lote 4 Quadra 6, PAL 48.150 (antigo lote 2 da quadra 15)
- 1
- 1 TERRENO – Rua Ulysses Guimarães, Lote 2 Quadra 8, PAL 48.150 (antigo lote 2 da quadra 24)
- 2
- 1 TERRENO – Rua Ulysses Guimarães, Lote 1 Quadra 10, PAL 48.150 (antiga Quadra 25)
- 3

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



53. Quanto aos imóveis do FUNPREVI localizados na região do Teleporto, apesar da situação de posse, até o momento não se concretizou a situação registraria junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Mas, devemos ressaltar que a elaboração e aprovação do PAL 48.150 e do PAA 12.392, em março/2013, possibilitou que a situação venha a ser concluída; para tanto, ingressou-se junto ao Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis com o pedido de reconhecimento do PAA/PAL e averbação dos lotes em nome da PCRJ; na presente data, cumpridas as exigências cartoriais, aguarda-se o término dos serviços de cartório.

54. Quanto ao imóvel situado na Rua Benedito Hipólito, Lote 2 Quadra 7, encontra-se com a situação registraria regularizada perante o Cartório de Registro de Imóveis, como também perante a Secretaria Municipal de Fazenda.

55. Analisando o mercado imobiliário na atualidade, observa-se que o grande número de investimentos no segmento comercial na Cidade do Rio de Janeiro ocorridos nos anos de 2009, 2010 e 2011 poderá acarretar, após 2013, uma dificuldade de locação ou preços inferiores ao mercado atual, devido ao volume de imóveis que serão colocados à disposição. Concretizando-se tal hipótese, os imóveis não edificadas deverão decrescer de valor devido à diminuição da demanda por novas

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



construções.

56. A eventual diminuição da demanda deverá atingir, principalmente e primeiramente, pequenos e médios investidores e/ou locadores de espaço comercial de pequeno e médio porte. Sendo assim, os terrenos do FUNPREVI deverão se destinar, preferencialmente, a projetos destinados a grandes corporações que estejam se ampliando ou se instalando na Cidade do Rio de Janeiro.

57. O PREVI-RIO deverá avaliar o mercado imobiliário, tendo em vista a necessidade de aproveitar economicamente os imóveis da carteira do FUNPREVI, e para tanto deverá ser realizado estudo de viabilidade econômica do projeto a ser implantado de acordo com o mercado imobiliário à época, visando a escolha do empreendimento a ser construído.

58. As alternativas propostas para o aproveitamento dos imóveis do FUNPREVI são:

- i. Integralização de cotas de fundo imobiliário com imóveis do FUNPREVI, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.922/2010;
- ii. Alienação de terrenos do FUNPREVI com recebimento de parte das unidades construídas no local como pagamento;
- iii. Alienação de imóveis do FUNPREVI com venda direta;
- iv. Concessão de uso onerosa com reversão das benfeitorias realizadas no imóvel ao término do prazo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO

59. Caberá ao PREVI-RIO estabelecer, no processo decisório de escolha da melhor alternativa de aproveitamento, que sejam observados os parâmetros da meta atuarial do FUNPREVI, assim como a compatibilidade do ciclo de investimento-retorno da respectiva alternativa com as necessidades do seu fluxo de pagamentos.

60. Cumpre ressaltar que os imóveis abaixo relacionados foram objeto de contratos de concessão ou cessão onerosa de uso, que se encontram em vigor e preveem a seguinte remuneração mensal:

Imóvel	Valor Contratual
Prédio do CASS - Bloco I	888.859,25
Prédio do CASS - Bloco II	667.563,23
Terreno da Torre Norte, Torre Sul e Centro de Convenções Sulamérica# As beneficentias erguidas no terreno se incorporarão ao patrimônio do FUNPREVI no término da concessão.#	185.766,42
Terreno Rua Benedito Hipólito	35.383,22
Quadras 4 e 5	1.019.471,38
Total	2.797.043,50

61. Pontue-se, por fim, que os imóveis que compõem a carteira do FUNPREVI estão sendo objeto de nova avaliação, visto que a avaliação patrimonial é realizada anualmente e concluídas ao final do mês de dezembro.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**



CAPÍTULO 7: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE GESTORES

62. Segundo aprovação do Conselho de Administração do PREVI-RIO – CAD na sua 63ª Sessão Ordinária, o FUNPREVI deverá investir somente nos fundos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, ressaltando que tais fundos devem estar devidamente enquadrados segundo os parâmetros do Conselho Monetário Nacional.

63. Os critérios a serem utilizados pela Diretoria de Investimentos serão os comumente empregados para análise de performance de fundos de investimentos, a saber: média e desvio padrão das rentabilidades diárias dos fundos, coeficiente de variação, *Tracking Error* e Índice de Sharpe. As estatísticas supracitadas serão objeto de análise e aprovação pelo COMIN.

Por sua vez, diante da concentração de aplicações nessas instituições, deve-se buscar, em reciprocidade, a mais completa assessoria técnica e treinamento do pessoal próprio do Instituto dedicado à gestão e aplicação dos recursos.

**CAPÍTULO 8: DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2013 E CENÁRIO
ECONÔMICO PARA 2014**

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



8.1 – Um Breve Resumo da Economia Internacional e Brasileira

64. Atualmente, existem três principais agentes de crescimento da economia mundial: China, Estados Unidos e Zona do Euro. Por esses locais passa o mais importante fluxo de capital.


65. A crise internacional recente é composta por dois acontecimentos, responsáveis por grande turbulência na economia mundial:

- i. um mais agudo, em 2008/2009, que atingiu os Estados Unidos e, por conseguinte, o mundo todo;
- ii. outro mais moderado, entre 2011 e 2013, na zona do Euro.

66. O primeiro tratou-se de uma crise bancária, que é a mais grave que pode ocorrer, uma vez que sem crédito há o travamento da economia, afetando seu funcionamento. No mais recente, a criação de uma moeda única, em combinação com baixas taxas de juros, fez com que os países como Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e Itália elevassem o seu grau de endividamento.

67. Há sinais de que a crise atual está se dissipando. Os Estados Unidos vêm apresentando indicadores econômicos cada vez melhores, assim como a Zona do Euro vem seguindo igual contexto. Em 2014, a economia norte-americana deverá registrar resultado superior ao atual e existem previsões de que a Europa saia da recessão. No entanto, acredita-se que embora a economia europeia passe a registrar taxas positivas, esta não retornará ao nível de crescimento pré-crise. A perspectiva para os próximos anos é de uma nova realidade, com taxas mais moderadas de expansão.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



68. A China vem apresentando uma contínua desaceleração em seu PIB, ao sair de variações anuais superiores a 12% no período pré-crise para uma expansão de apenas 7,5% no segundo trimestre de 2013. Embora menor, este crescimento, no entanto, ainda pode ser considerado robusto, considerando que o país ocupa, atualmente, o posto de segunda maior economia, perdendo apenas para os Estados Unidos. Por ser grande consumidora de matérias-primas, tendo em vista constituir-se de uma grande fábrica mundial, a economia chinesa contribui para a elevação dos preços de produtos básicos, enquanto diminui o de bens industrializados. É a principal responsável pela elevação dos preços de *commodities* e pela queda nos valores de produtos manufaturados. Uma considerável parcela do crescimento brasileiro da última década deve ser creditada às exportações aos chineses.

69. Com objetivo de combater a crise, as principais nações desenvolvidas promoveram a expansão da liquidez, por intermédio dos Bancos Centrais dos EUA, do Reino Unido, do Japão e, em menor grau, da Zona do Euro, o que contribuiu para que os países emergentes se acostumassem com um cenário de recursos abundantes e taxas de juros internacionais muito baixas. Desta forma, a recuperação econômica dessas regiões e a conseguinte retirada das medidas de estímulos monetários em suas economias resultarão em um cenário de taxas de juros maiores, fazendo com que recursos das economias emergentes se movimentem em direção aos países desenvolvidos, contribuindo para a desvalorização das moedas daqueles países. Estes movimentos dominaram as aplicações de renda fixa brasileira a partir de maio/2013, trazendo muita volatilidade, comparáveis àquelas observadas na renda variável. Com os juros mais elevados nos Estados Unidos, há valorização do dólar em todo o mundo, com reflexos em toda a economia mundial, sobretudo nos países emergentes, como o Brasil.

70. O Brasil teve seu maior ciclo de crescimento econômico, desde a década de 1970, entre os anos de 2004

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



e 2010/2011, com características como: forte expansão dos preços das *commodities*, acentuada expansão de crédito, queda na taxa de desemprego e expansão do consumo e do setor de serviços. Atualmente, o país entra em um novo ciclo, em período pós-crise, diferente do anterior. O cenário que se espera é de um crescimento mais moderado da economia mundial, estabilidade/baixo crescimento nos preços das *commodities*, depreciação cambial e déficit externo elevado, além de um maior endividamento das famílias, maior dificuldade na expansão do crédito, escassez de mão de obra e taxa de desemprego estável, com tendência de elevação.

71. Em 2013, a política econômica que deu sustentação ao ciclo de crescimento anterior foi flexibilizada. O Banco Central passou a aceitar patamares inflacionários mais altos e a intervir sistematicamente no mercado de câmbio. Adicionalmente, a dívida bruta tem se elevado nos últimos anos. Dessa forma, a tríade da política econômica (meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante), responsável pela estabilidade macroeconômica na última década, foi sensivelmente afetada. Fato marcante neste ano foi o fortalecimento do dólar ante a maior parte das moedas emergentes, a partir de maio, causadas pelo anúncio do Banco Central americano quanto à possibilidade de alteração do ritmo de compras mensais de ativos do programa de afrouxamento monetário. No Brasil, as perdas da moeda se mostraram mais acentuadas durante o mês de agosto, devido a maior volatilidade característica do real e também pelas incertezas dos investidores quanto à situação econômica do país. Tendo em vista estas condicionantes, quando a moeda norte-americana atingiu o nível de R\$ 2,46 (maior nível desde 2009), o Banco Central, em 22 de agosto, anunciou um cronograma até o final do ano de leilões diários de swap cambial e oferta de dólares com compromisso de recompra visando oferecer proteção, liquidez e diminuir a volatilidade da moeda, em um montante superior a US\$ 60 milhões. De acordo com a projeção do Banco Central, a partir do Boletim Focus de 14/11/2013, o dólar deve encerrar este

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO




ano em R\$ 2,27, subindo para R\$ 2,40 no final de 2014. Contribuem para esse movimento tanto o déficit externo crescente quanto a normalização das taxas de juros internacionais.

72. Em 2014, espera-se, dado o cenário atual, que o crescimento do varejo seja inferior ao verificado nos últimos anos. Em julho de 2013, este número foi de 5,4%. A desaceleração do crédito, a menor geração de empregos e o aumento da inflação foram determinantes para a desaceleração do consumo das famílias brasileiras ao longo de 2013.

73. Um fator que influencia sobremaneira a economia nacional e os investimentos do País é a infraestrutura. As concessões para a iniciativa privada que o Governo Federal está realizando serão de extrema importância para a recuperação da economia interna a médio e longo prazos. A confiança do empresariado, que já mostrava um declínio, com uma forte queda acentuada no período das manifestações ocorridas em meados desse ano, voltou a subir em julho, indicando uma aceleração da atividade a partir do último trimestre do ano.

74. No Brasil, é um fato de que a indústria possui entraves maiores do que os demais setores, pois tem dificuldade de repassar o aumento dos custos, especialmente os salariais, para os preços finais. Além disso, a indústria é aqui tradicionalmente muito afetada pelos gargalos de infraestrutura. Contudo, em função da depreciação cambial, deve crescer cerca de 3% em 2014. Já o setor agropecuário voltou a apresentar taxas de crescimento positivas, depois de ter uma forte queda no primeiro trimestre de 2012, em função da grande seca no Rio Grande do Sul. Nos primeiros três meses deste ano, o setor já cresceu 9,4% e no segundo 3,9%. O setor de serviços, que manteve taxas de crescimento mais expressivas nos últimos anos, deverá crescer

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



menos do que a indústria e a agropecuária em 2014. A estimativa segundo o Boletim Focus do Banco Central, de 14/11/2013, é que o PIB do Brasil fechará o ano com crescimento de 2,50% e terá uma desaceleração em 2014, para 2,10%.

75. De acordo com as projeções do mencionado Boletim Focus, o IPCA deve fechar este ano em 5,84%, e alcançar o patamar de 5,91% em 2014. Já no que se refere à Taxa Selic, é projetado um valor de encerramento em 2013 igual a 10% e chegará a 10,25% no próximo ano, como forma de conter as pressões inflacionárias.

76. Quanto às perspectivas do mercado financeiro brasileiro, ressalta-se a alta sensibilidade em relação às políticas adotadas no mercado internacional e às medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal. Com a volatilidade proporcionada pelo dólar americano e a busca dos agentes econômicos por proteção contra a inflação, é mister o clima de aversão ao risco, com conseqüente elevação dos prêmios de risco, afetando igualmente os juros, o câmbio e a bolsa de valores.

77. No que tange à Bolsa de Valores, o Brasil vem enfrentando o quarto ano com mau desempenho. Em 2013, mais uma vez, a bolsa apresentou queda de 11% ao ano, enquanto outros índices de preços de ações como S&P500, nos EUA, valorizou-se 20% e o DAX, alemão, 14%. O resultado da Bolsa brasileira espelha-se em algumas questões pontuais, como a queda de 93% das ações da OGX Petróleo, e aspectos estruturais, como o forte aumento dos custos, decorrente da escassez de mão de obra e ausência de infraestrutura adequada à produção. Destaca-se que o fluxo estrangeiro está positivo em R\$ 11 bilhões (janeiro a setembro)

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO**



e no mercado futuro as posições passaram de vendidas em R\$ 5 bilhões para compradas em R\$ 1 bilhão.

78. Acredita-se que o crescimento da China e o aumento no valor das *commodities* também terão forte impacto no Brasil em 2014, considerando-se que o crescimento doméstico não será tão expressivo quanto no passado.

8.2 – Projeção do PIB para 2014 (doze meses à frente) estimada pelo Banco Central

79. Em termos de perspectiva do PIB para os próximos quatro trimestres a encerrar em junho de 2014, o BACEN (Banco Central) projeta um crescimento de 2,5%. Quando fazemos o mesmo tipo de comparação, no segundo trimestre deste ano, alcançamos 1,9%.

80. Decompondo por setor de atividade, a autoridade monetária prevê um crescimento para o setor agropecuário de 2,8%, ante 7,4% no período de quatro trimestres encerrado em junho de 2013.

81. Já para a projeção de crescimento da indústria, a autoridade monetária prevê incremento de 1,9%, no período em consideração; segmentados em 1,2% na indústria de transformação, 2,0% na construção civil e 2,5% na indústria extrativa mineral.

82. No setor terciário a expectativa é de um crescimento de 2,7% no período de quatro trimestres encerrado em junho de 2014, ante 1,9% no mesmo tipo de comparação no segundo trimestre de 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



Nesta seara são ressaltadas as projeções de aumentos de 3,7% para as atividades de intermediação financeira, 3,2% para as atividades comerciais e 3,2% para o setor de transportes.

83. Para o consumo das famílias a autoridade monetária projeta um crescimento de 2,1%, ante 2,9% no intervalo de quatro trimestres finalizado em junho de 2013. O consumo do governo deverá aumentar 2,7%, e os investimentos, traduzido na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), um incremento de 4,4%, alinhado, este último, com a perspectiva de recuperação do investimento no início de 2014.


84. A balança comercial deverá apresentar um crescimento nas exportações e importações de 4,2% e 4,9%, respectivamente.

85. Por fim, as contribuições das demandas interna e externa para o crescimento do PIB no período de quatro trimestres encerrado em junho de 2014 estão estimados em 2,6 p.p. e -0,1 p.p., respectivamente.

8.3 - Expectativas de mercado e inflação para 2013/2014

86. Em conformidade com pesquisa realizada pelo BACEN e divulgada no Relatório de Mercado – Boletim Focus de 14 de novembro, as medianas das projeções para as variações do IPCA em 2013

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



e 2014 alcançaram os valores de 5,84% e 5,91% respectivamente, enquanto a mediana das expectativas para a inflação doze meses à frente (suavizada), situou-se em 6,14% (ante 5,70% em 28 de junho).


87. A mediana para a variação do IGP-M em 2013 acelerou de 5,80%, ao final de agosto, para 5,84%, em 14 de novembro. No mesmo período, as medianas das variações do IGP-M foram ajustadas de 5,60% para 6,01%.

88. No mesmo período do parágrafo anterior, as medianas das expectativas para o aumento dos preços administrados em 2013 e em 2014 recuaram, respectivamente e na mesma ordem, de 1,80% para 1,60%, e de 4,50% para 3,80%.

89. As medianas da taxa de câmbio projetada pelo mercado para os finais de 2013 e de 2014 alcançaram, em 14 de novembro, respectivamente, os valores de R\$2,27/US\$ e R\$2,40/US\$, ante R\$2,36/US\$ e R\$2,40/US\$ em 30 de agosto. No mesmo período e na mesma ordem, as medianas das projeções para a taxa de câmbio média de 2013 e 2014 recuaram para R\$2,16/US\$ e R\$2,33/US\$, ante R\$2,20/US\$ e R\$2,38/US\$ em agosto.

90. Já as medianas relacionadas à taxa Selic projetada pelo mercado para os finais de 2013 e de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



2014 alcançaram, em 14 de novembro, respectivamente, os patamares de 10,00% e 10,25%, ante 9,50% e 9,75% em 30 de agosto. No mesmo período e na mesma ordem, as medianas das projeções para a taxa Selic média de 2013 e 2014 aumentaram para 8,38% e 10,25%, ante 8,31% e 9,50% em agosto.


8.4 - Análise Conclusiva

91. Considerando as informações anteriormente apresentadas, sobretudo das pesquisas realizadas em mercado pelo Banco Central e divulgadas no Boletim semanal Focus, assim como em 2013, no ano vindouro permanecem as expectativas de patamares inflacionários acima da meta, favorecendo a demanda por NTN-B's de vencimentos mais curtos⁶. A autoridade monetária, em seu relatório de inflação do mês de setembro/2013, discutido neste capítulo de forma sucinta, expressa que, nos próximos meses, a evolução dos índices de preços ao consumidor deverá refletir, por um lado, o efeito da depreciação cambial recente, e por outro lado, o efeito das progressivas medidas de eliminação do impacto das elevadas taxas mensais de inflação ocorridas neste ano, mormente o ciclo de aperto monetário iniciado em abril passado.

92. Segundo analistas, parece permanecer a intenção do Banco Central em não perseguir a meta

⁶ Entende-se por “NTN-B's mais curtas”, aquelas cujos vencimentos ocorram até o exercício de 2016.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO –
PREVIRIO



como na gestão anterior⁷. Esta percepção ainda continua gerando diversas incertezas nas expectativas do comportamento dos preços, agravado pelos sinais de início de aceleração de crescimento no panorama externo, impactando nos preços das *commodities* internacionais e nas expectativas dos agentes privados.

93. Dois fatores afetarão sobremaneira os cenários interno/externo relacionados aos investimentos em 2014: a retirada dos estímulos monetários da economia americana, dada como certa pelo mercado, com o conseqüente aumento das taxas dos *treasuries*, títulos públicos norte-americanos, e as eleições nacionais. Ambos os fatores deverão contribuir para a continuidade do ambiente de alta volatilidade observada em 2013, sobretudo dos ativos de renda fixa.

⁷ O antecessor de Alexandre Tombini, Henrique de Campos Meireles, que presidiu o BACEN de 2003 a 2011, marcou a sua gestão por uma política monetária que tinha como pressuposto básico o sistema de metas de inflação, ou seja, o manejo da taxa Selic de forma a converter a inflação corrente o mais próximo possível da meta de inflação prevista a cada exercício.